

**A PERIFERIA COMO
CRÍTICA DA
MODERNIDADE:
UNIVERSALISMO,
COLONIALIDADE E
CONTRA-MODERNIDADE
EM EDUARDO GRÜNER,
ANÍBAL QUIJANO E
ENRIQUE DUSSEL**

THE PERIPHERY AS A CRITIQUE OF MODERNITY: UNIVERSALISM,
COLONIALITY, AND COUNTER-MODERNITY IN EDUARDO GRÜNER,
ANÍBAL QUIJANO, AND ENRIQUE DUSSEL

Ciências Sociais Aplicadas • 20/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792379100](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792379100)

Francisco Márcio de Pontes Confessor¹

RESUMO

O artigo examina a periferia como lugar histórico e epistemológico a partir do qual se tornam visíveis as contradições, os limites e as exclusões do universalismo moderno. Toma-se Eduardo Grüner como eixo, com sua noção de contra-modernidade entendida não como exterioridade, mas como fratura interna da modernidade, inseparável do continuum colonialismo/capitalismo. Em diálogo com Aníbal Quijano (colonialidade do poder/saber) e Enrique Dussel (crítica do eurocentrismo e transmodernidade), discute-se como cada autor desloca a pretensão de universalidade da modernidade europeia. Os textos de Jules Falquet ampliam a análise ao mostrar que o sujeito universal é também masculino, branco e burguês e que sexo, raça e classe se entrelaçam na produção da dominação. A Revolução Haitiana (1791-1804) é tomada como caso exemplar: ao exigir que a universalidade dos Direitos do Homem alcançasse os escravizados, expõe a falha constitutiva da modernidade eurocentrada. Argumenta-se que a perspectiva periférica opera como crítica imanente da modernidade, e não como mera demanda de inclusão.

Palavras-chave: Periferia; Contra-modernidade; Colonialidade do poder; Entrelaçamento; Revolução Haitiana.

ABSTRACT

The article examines the periphery as a historical and epistemological standpoint from which the contradictions, limits and exclusions of modern universalism become visible. Eduardo Grüner is taken as the main axis, through his notion of counter-modernity, understood not as exteriority but as an internal fracture of modernity, inseparable from the colonialism/capitalism continuum. In dialogue with Aníbal Quijano (coloniality of power/knowledge) and Enrique Dussel (critique of Eurocentrism and

transmodernity), it discusses how each author displaces the universal claims of European modernity. Jules Falquet's texts broaden the analysis by showing that the universal subject is also male, white and bourgeois, and that sex, race and class are intertwined in the production of domination. The Haitian Revolution (1791-1804) is taken as an exemplary case: by demanding that the universality of the Rights of Man reach the enslaved, it exposes the constitutive flaw of Eurocentric modernity. The article argues that the peripheral perspective works as an immanent critique of modernity rather than a mere demand for inclusion.

Keywords: Periphery; Counter-modernity; Coloniality of power; Intertwining; Haitian Revolution.

1. INTRODUÇÃO

A narrativa dominante sobre a modernidade costuma tratá-la como um produto europeu que, uma vez consolidado, teria sido exportado às demais regiões do mundo. Nessa chave, a periferia aparece como espaço de atraso, como etapa a ser percorrida ou como destinatária de um progresso que lhe é exterior. O presente artigo parte da suspeita de que essa imagem é menos uma descrição do real do que uma operação ideológica: ela toma a parte pelo todo e faz passar a experiência histórica de uma região por medida universal da história humana.

Esse deslocamento é o ponto de partida da reflexão de Eduardo Grüner (2021). Em *Lo sólido en el aire*, o autor sustenta que a modernidade é, entre outras coisas, o “continuum colonialismo/capitalismo mundializado” (p. 337) e que o discurso dominante precisa negar esse núcleo duro para sustentar sua autoimagem. A partir daí, propõe a noção de contra-modernidade e

a de uma teoria crítica “periférica”, formulada desde o limiar entre a Europa e seus Outros. Em diálogo com essa proposta estão duas referências do pensamento latino-americano, Aníbal Quijano, com a colonialidade do poder/saber, e Enrique Dussel, com a crítica do eurocentrismo e a ideia de transmodernidade. Os textos de Jules Falquet (2008, 2026) somam-se a eles para mostrar que o universal criticado não é apenas europeu: é também masculino, branco e burguês, e a crítica precisa acompanhar o entrelaçamento das relações sociais de sexo, raça e classe.

Defende-se aqui que a periferia não constitui apenas um espaço subordinado ou incompleto diante da modernidade europeia. Ela pode ser compreendida como lugar histórico e epistemológico a partir do qual se tornam visíveis as contradições, os limites e as exclusões presentes nas pretensões universalistas da modernidade. O problema que orienta o texto tem duas partes. De que modo a perspectiva periférica, em Grüner e em diálogo com Quijano, Dussel e Falquet, permite tornar visíveis as contradições do universalismo moderno? E em que sentido a Revolução Haitiana (1791-1804) funciona como caso exemplar dessa crítica? A hipótese é que a periferia é condição constitutiva da modernidade, e não resíduo ou atraso dela. Por isso o olhar periférico revela uma falha interna do universalismo moderno: a universalidade proclamada convive com a base escravista e colonial que a sustenta, e essa base opera simultaneamente por raça, classe e sexo. Entende-se por universalismo a pretensão de que certos princípios, como os direitos do homem, valham para toda a humanidade, e por crítica imanente aquela que julga uma ordem por seus próprios critérios, mostrando onde ela os contradiz.

O objetivo geral é analisar a periferia como lugar histórico e epistemológico de crítica da modernidade, tomando Grüner como eixo e Quijano, Dussel e Falquet como interlocutores. Os objetivos específicos são reconstruir a contra-modernidade em Grüner, examinar a colonialidade do poder/saber e discutir a crítica de Dussel ao eurocentrismo e sua transmodernidade. Pretende-se também incorporar o entrelaçamento das relações sociais em Falquet, analisar a Revolução Haitiana como caso em que a periferia expõe o universalismo moderno e sintetizar convergências e divergências.

Trata-se de pesquisa teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa e orientação hermenêutico-crítica. O corpus principal reúne os ensaios “Teoría crítica y contra-modernidad” e “Haití: la olvidada fundación de un pensamiento crítico ‘periférico’”, além de passagens do capítulo sobre o capítulo XXIV de O Capital, todos em Grüner (2021), e os dois textos de Falquet (2008, 2026). Quijano e Dussel são lidos a partir de seus conceitos centrais e das passagens em que Grüner e Falquet os mobilizam. A análise é conceitual e comparativa, organizada em torno das categorias de universalismo, colonialidade, contra-modernidade, transmodernidade e entrelaçamento. As citações de obras em espanhol foram traduzidas livremente pelo autor.

Além desta introdução, o artigo tem seis seções. A segunda reconstrói, por problemas, a contra-modernidade em Grüner. A terceira e a quarta examinam a colonialidade do poder/saber em Quijano e a crítica ao eurocentrismo em Dussel. A quinta discute o entrelaçamento das relações sociais em Falquet. A sexta analisa, também por problemas, a Revolução Haitiana como caso exemplar, e as conclusões retomam a hipótese.

2. GRÜNER: A CONTRA-MODERNIDADE COMO FRATURA INTERNA DA MODERNIDADE

A contra-modernidade responde, antes de tudo, a um problema de lugar: de onde se pode criticar a modernidade sem repeti-la? Grüner parte da constatação de que a “teoria crítica” nasceu europeia, mas admite que exista uma teoria crítica latino-americana, ou “periférica”, e nela inclui Bolívar Echeverría, Dussel, Darcy Ribeiro e Quijano (Grüner, 2021, p. 334). Sua saída é situar a reflexão no limiar (umbral) entre a Europa e seus Outros, que ele descreve como campo de batalha, e não como passagem tranquila (p. 335). Esse deslocamento desfaz um falso dilema. Quem critica de dentro corre o risco de reproduzir a lógica criticada, e quem critica de fora corre o de ignorar que a modernidade o constituiu. O limiar permite ocupar os dois lugares ao mesmo tempo, e é essa ambiguidade que torna possível, nos termos deste artigo, uma crítica imanente.

Um segundo problema é o do que a modernidade precisa negar para se apresentar como universal. Grüner responde que ela é, entre outras coisas, o continuum colonialismo/capitalismo mundializado, e que o discurso dominante só se sustenta se desmentir esse núcleo (p. 337). O desmentido é sofisticado: admitem-se abusos, desigualdades e até racismo, mas não a lógica que os produz, na fórmula de Mannoni que o autor retoma, “eu já sei, mas mesmo assim” (p. 338). A palavra “falha” serve a Grüner para nomear o resultado, pois em espanhol designa tanto o erro quanto a fratura, como a falha geológica (p. 337). A distinção pesa no argumento. Se a falha fosse apenas erro, bastaria corrigi-la, e o horizonte da periferia seria a inclusão. Sendo fratura, a inclusão não a repara, porque a estrutura que se pretende estender é justamente a que depende da exclusão.

Em terceiro lugar, cabe perguntar como uma parte passa a valer pelo todo. Grüner separa a modernidade, conceito eurocentrado nascido de um ponto de vista europeu, do eurocentrismo, que toma a Europa como medida (p. 342, 345). O deslizamento de um ao outro se dá, ao menos, por três operações. A primeira é a datação: o historiador situa a época moderna por volta de 1500, com a conquista da América, mas o filósofo situa o sujeito moderno em Descartes ou Hobbes, por volta de 1650 (p. 345-346). Entre as duas datas some a cena em que sujeitos coletivos disputam o mundo, como na controvérsia entre Las Casas e Sepúlveda, que o autor considera o primeiro grande debate moderno (p. 347). A segunda operação é o progresso, tempo linear e ascendente que corresponde à marcha de uma classe e se apresenta como o tempo em si (p. 348), ou, com Benjamin, a filosofia da história dos vencedores. A terceira converte a diferença em inferioridade: quem não entrou no progresso passa a ser visto como defeituoso, e a falsa totalidade assim produzida é, para Grüner, “a outra face do racismo” (p. 349). O traço comum às três operações pode ser descrito como produção do universal por subtração, formulação deste artigo que desenvolve a observação de Grüner de que a totalidade moderna só aparece como Todo porque lhe faltam partes (p. 344).

A quarta questão é o lugar do Outro nessa construção. Mesmo perspectivas progressistas, observa Grüner, reconhecem o Outro em sua diferença, mas o tratam como exterioridade, como se a alteridade não fosse efeito da dominação. A inversão é decisiva: é porque o Outro foi “periferizado” que o Mesmo se tornou centro (p. 350). A relação é de limiar, e não de alheamento, pois o Uno se constitui com o Outro que pretende expulsar (p. 350). Essa passagem sustenta o conceito de periferia aqui adotado: ela é uma

posição produzida dentro da própria relação, e por isso pode ser lida como parte do que o centro é, e não como seu resto.

Resta definir o que a contra-modernidade não é. Não é pós-modernidade, que, para Grüner, fabricou uma ruptura artificial para sugerir que já se saíra do capitalismo (p. 340-341). Tampouco é a tese de um projeto inconcluso a completar, pois o projeto moderno teria sido paralisado por sua própria contradição entre emancipação e continuum colonial-capitalista (p. 366). Em termos de método, pede um olhar oblíquo, “barroco”, fora da perspectiva linear (p. 339), apoiado no provérbio segundo o qual do centro só se vê o centro, ao passo que da periferia se vê também a relação com ele (p. 339-340). Grüner adverte, porém, que essa vantagem é de posição, e não de essência: decorre do caráter de limiar (p. 368). Sustenta-se aqui que a advertência é central. Sem ela, a tese da periferia como lugar de crítica converteria-se em privilégio identitário e deixaria de ser um argumento histórico.

3. QUIJANO: A COLONIALIDADE DO PODER/SABER

Grüner convoca Quijano em pelo menos três momentos de seu livro. No ensaio sobre a contra-modernidade, afirma que não basta criticar o colonialismo, pois o poder que redesenhou o mapa do mundo a partir de 1492 persiste ainda que o colonialismo formal tenha cessado. É preciso somar-lhe a crítica da colonialidade do poder/saber, expressão que atribui a Quijano. Nas palavras de Walter Mignolo por ele citadas, ela designa a lógica de controle que conecta as instâncias coloniais do século XVI até hoje, tendo como máscara o conceito de modernidade (Grüner, 2021, p. 355). No capítulo sobre O Capital, a mesma expressão nomeia a ideologia dominante que apresenta a espoliação da periferia como exportação de civilização

às sociedades “selvagens” (p. 226). E, no texto sobre o Haiti, designa o senso comum eurocêntrico segundo o qual as revoluções modernas seriam produto exclusivo do desenvolvimento europeu (p. 425).

Em Quijano (2000), a colonialidade do poder designa um padrão de poder surgido com a conquista da América. Seu eixo é a classificação social da população mundial a partir da ideia de raça, articulada ao controle do trabalho e de seus produtos no mercado mundial capitalista. Falquet (2026, p. 43) resume o argumento: em Quijano, a conquista de 1492 inaugura a ideia moderna de raça. Ela reúne em categorias únicas os povos indígenas e, depois, os africanos deportados, fabricados como Outros e desumanizados a ponto de justificar o trabalho até a exaustão ou o extermínio. Associa-se a essa estrutura uma dimensão epistêmica: o eurocentrismo como perspectiva de conhecimento que naturaliza a experiência europeia como universal e pensa a história como trajetória linear. A colonialidade, nessa chave, não se esgota na dominação política direta. É um modo de organizar o mundo e de conhecê-lo, que sobrevive às independências.

A apropriação de Grüner mantém o núcleo do conceito, mas o integra a uma matriz marxista. Como Marx assinala no capítulo XXIV de O Capital, a colonização e a exploração de trabalho escravo ou semiescravo na América são decisivas para a acumulação originária. Fazem parte da base econômica da modernidade ao mesmo título que as causas internas do desenvolvimento europeu (p. 356). Daí que, para Grüner, a irracionalidade capitalista seja a colonialidade, e vice-versa, de modo que não se pode criticar uma sem criticar a outra (p. 367). O autor dá dois exemplos da persistência da colonialidade do saber. O primeiro é o ensino da história universal sob rótulos periodizadores que correspondem, em sua maioria, à

história europeia (p. 355). O segundo é que o continente celebrou em 2010 o bicentenário das independências, embora a primeira delas, a haitiana, tenha sido declarada em 1804 (p. 358). Em ambos os casos, a periferia é inscrita na narrativa como espaço que recebe a história, e não como lugar onde ela também se produz.

A ponte entre Quijano e a questão do gênero é feita por María Lugones. Segundo Falquet (2026, p. 43-44), Lugones sustenta que a invasão colonial criou, ao lado da raça, o “gênero moderno-colonial”, que impõe uma dicotomia rígida a corpos e organizações sociais muito diversos. As europeias teriam recebido o “lado claro” do gênero. Era uma feminilidade centrada no casamento, na maternidade e na fragilidade, a serviço da produção da raça branca e da respeitabilidade de classe. Às colonizadas teria cabido apenas um sexo biológico, sem gênero, o “lado obscuro”, o que explica a afirmação de que as colonizadas não são mulheres. Falquet acrescenta que essa chave ajuda a compreender o estupro sistemático de mulheres racializadas e colonizadas e a obrigação de levar adiante as gestações, inscritas na produção da mão de obra de que dependiam os plantadores e a expansão do capitalismo (p. 45-46). Para a autora, o modelo dominante de sujeito herda essa matriz moderno-colonial, heteropatriarcal e capitalista, “do qual adoecemos desde 1492” (p. 25).

A contribuição de Quijano para a tese deste artigo é dupla. Mostra que a modernidade não pode ser pensada sem a classificação racial e a divisão do trabalho que o colonialismo instituiu, que essa estrutura se reproduz como forma de conhecimento e, com Lugones, que ela alcança também o gênero. A periferia não é um dado prévio do qual a modernidade se afastaria, mas algo produzido pela própria constituição do centro, o que converge com a

observação de Grüner de que só porque o Outro foi periferizado o Mesmo se fez centro.

4. DUSSEL: EUROCENTRISMO, MITO DA MODERNIDADE E TRANSMODERNIDADE

Se Quijano mostra a colonialidade como estrutura, Dussel permite perguntar pelo mito que a encobre. Dussel aparece em Grüner por três vias. A primeira é a análise do sujeito cartesiano: apoiado em Dussel (2013), Grüner lembra que o cogito deve muito a uma noção de autoconsciência herdada de Aristóteles e Agostinho, ainda que sua transformação em cápsula “yoica” solipsista só pudesse ser uma ideia moderna (Grüner, 2021, p. 343-344). A segunda é a articulação entre modernidade, impérios europeus, colonialismo e capitalismo, que, segundo Grüner, o próprio Dussel sustenta como simultaneidade e coimplicação estritas (p. 367). A terceira é a proposta de transmodernidade, a que o autor se refere em nota (p. 366, nota 11).

Em Dussel (1994), o ano de 1492 funciona como marco em que a Europa se constitui como centro de uma história mundial ao incorporar o Outro, o habitante da América, em posição de subordinação. A modernidade teria um conceito emancipatório racional, que Dussel propõe reter, e um mito, o mito da modernidade, que apresenta a violência colonial como processo civilizatório que beneficiaria os próprios dominados. A crítica a esse mito é o centro da superação do eurocentrismo. Não se trata de rejeitar a razão, mas de desfazer a identificação entre racionalidade universal e experiência histórica europeia.

Há convergência com Grüner. Este afirma que não havia sociedades atrasadas, e sim sociedades com lógicas e ritmos históricos diferentes dos europeus, que só aparecem como atrasadas quando a linearidade moderna se impõe pela dominação (p. 357). Afirma também que, a partir de 1492, os povos colonizados deixam de ser uma exterioridade em relação à modernidade ocidental, pois esta se constrói mediante sua incorporação violenta e genocida (p. 357). A ênfase de Dussel em 1492 pode ser lida no mesmo sentido: ambos devolvem à origem da modernidade o conflito que a narrativa oficial apaga, e a controvérsia entre Las Casas e Sepúlveda, que Grüner destaca (p. 347), é um emblema desse conflito.

A diferença aparece na escolha do prefixo. Grüner declara entender e compartilhar, no essencial, a postulação dusseliana de uma transmodernidade, que considera perfeitamente complementável com a de contra-modernidade, tratando-se, em suas palavras, de matizes dentro do mesmo campo semântico (p. 366, nota 11). Insiste, porém, no “contra”, por entender que ele expressa mais explicitamente uma mirada periférica de oposição e assume que ainda se está no limiar conflitivo da modernidade, em fase de crise aguda, mas não além dela (p. 366). A justificativa sugere que o prefixo “trans” poderia ser lido como indicação de um além, ao passo que o “contra” marca a permanência no limiar. Essa diferença de acento não anula a convergência de fundo. Para Grüner, a teoria crítica periférica é anticolonial e, por isso, também anticapitalista, nutrida pelos estudos pós e decoloniais e pela filosofia da libertação (p. 367). Ela é ainda antropofágica: incorpora criticamente o pensamento europeu eurocentrado que for aproveitável, sem aderir à ideologia eurocêntrica (p. 368).

5. FALQUET: O ENTRELAÇAMENTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E A CRÍTICA DO SUJEITO UNIVERSAL

Depois de Quijano e Dussel, os textos de Jules Falquet deslocam a pergunta pelo universal para o plano do sujeito e das relações sociais que o produzem. Em “E a dinâmica das relações sociais imbricadas criou as mulheres”, a autora responde à pergunta “o que é uma mulher?” com Monique Wittig: “A Mulher” é um mito. O que há são mulheres reais, com histórias distintas, cada uma em uma posição nos sistemas de raça e classe do contexto em que vive (Falquet, 2026, p. 23). Para ela, o sujeito “autônomo, unificado e soberano” da visão dominante, ocidental, burguesa e masculina, não corresponde à experiência de boa parte das pessoas feminilizadas, racializadas ou das classes populares (p. 23). No registro do gênero, é o gesto que Grüner identifica na modernidade: uma parte, o sujeito cartesiano, pretende valer pelo todo (Grüner, 2021, p. 343-344, 348).

A afinidade se aprofunda na noção de alterização. Lendo Colette Guillaumin, Falquet (2026, p. 26) explica que a opressão cria os grupos ao mesmo tempo em que faz parecerem naturais os traços atribuídos ao grupo oprimido, e que o grupo opressor se apresenta como “neutro, normal e universal”. O mecanismo é o que Grüner descreve quando afirma que o Outro é reconhecido em sua diferença, mas tratado como exterioridade, como se não fosse efeito do poder (2021, p. 350): o centro se constitui ao fabricar o Outro. Wittig chama de “pensamento straight” o regime ideológico-político-econômico que afirma uma diferença absoluta entre dois sexos supostamente naturais, e o aponta como um dos grandes pontos cegos do pensamento ocidental contemporâneo, o seu “impensado” (Falquet, 2026, p. 32). O termo evoca a

“impensabilidade” que Grüner, a partir de Trouillot, atribui à Revolução Haitiana (2021, p. 360).

O segundo aporte é a ideia de entrelaçamento, que Falquet e as autoras que ela lê chamam de imbricação. O Coletivo Combahee River nomeia quatro sistemas de opressão (racismo, patriarcado, capitalismo e heterossexualidade) e sustenta que eles atuam ao mesmo tempo, sem que se possa hierarquizá-los (Falquet, 2026, p. 35). No texto de 2008, Falquet afirma que as relações de sexo, classe e raça não são superpostas, nem somadas, nem meras intersecções, mas entrelaçadas, ou, nos termos da autora, “imbricadas”, “consustanciais” e “co-formadas” (2008, p. 122-123). O entrelaçamento reforça a tese de Grüner de que colonialidade e capitalismo não se criticam separadamente (2021, p. 367) e a amplia: o continuum colonial-capitalista opera também por sexo e heterossexualidade.

Falquet registra ainda o “privilégio epistêmico” das feministas negras, ideia de Patricia Hill Collins (1986, apud Falquet, 2026, p. 39), e mostra que o Coletivo Combahee rejeita todo determinismo biológico (p. 36). A combinação ajuda a precisar a tese: a posição periférica dá perspectiva crítica por situação, e não por essência, como Grüner afirma ao falar do limiar (2021, p. 368). A imagem de Gloria Anzaldúa de uma consciência “rasgada ou atravessada entre vários caminhos” (Falquet, 2026, p. 40) aproxima-se desse limiar, e para Falquet o feminismo chicano inicia, assim, uma crítica ao sujeito unificado que antecipa as análises decoloniais (p. 42).

O texto de 2008 permite, por fim, testar a hipótese de Grüner de que a escravidão faz parte da base econômica da modernidade (2021, p. 356). Falquet aceita em parte a tradição de Wallerstein, mas recusa

duas teses: a de uma proletarização inevitável, que não ocorreu, e a de que as relações não capitalistas seriam sobrevivências em extinção (2008, p. 124). Para ela, a exploração assalariada se forma junto com relações de apropriação, como a servidão, a escravidão e a sexagem, e daí resulta um “trabalho desvalorizado” que nunca será plenamente proletário (p. 124-125). Lembra também que o Ocidente onde nasceu o capitalismo está “longe de ser o centro da história” (p. 124). O resultado complementa Grüner, mas pede cautela: Falquet trata de relações de trabalho, não da “periferia”. A ponte com a tese é uma inferência deste artigo: a exclusão que sustentou a origem da acumulação continua operando no presente. Se o entrelaçamento de sexo, raça e classe amplia a crítica do universal, resta verificar seu rendimento em um caso concreto: a Revolução Haitiana.

6. HAITI: A PERIFERIA COMO LUGAR DE CRÍTICA DA MODERNIDADE

A Revolução Haitiana será examinada a partir de cinco questões que a tese coloca. A primeira é o que o caso desmente. Grüner recorda que a primeira independência do continente foi declarada em 1804, e não em 1810, depois de treze anos de guerra que custaram cerca de 200 mil vidas (Grüner, 2021, p. 358). Foi a única revolução de escravizados vitoriosa na história e a mais radical das emancipações americanas. Nela o poder foi tomado pela classe e “etnia” mais explorada, ao passo que nos demais processos as burguesias crioulas dirigiram a independência e dela se beneficiaram (p. 358-359). Esse caráter dirigido “de baixo” é, para o autor, razão do esquecimento desse “mau exemplo” (p. 359), e a revolução não é mero efeito da francesa, mas tem especificidade crítica própria (p. 425). Se assim é, o modelo de difusão, em que a invenção política

nasce no centro e se irradia à periferia, não explica o caso: a modernidade política também se produziu na borda.

A segunda questão é onde o universal falha. Saint-Domingue era a colônia mais rica das colônias americanas e rendia à metrópole mais de um terço de seus ingressos, sustentada por meio milhão de escravizados de origem africana (Grüner, 2021, p. 359). Eles descobriram depressa que a universalidade da Declaração de 1789 tinha limites particulares tão precisos que tinham cor (p. 359). A insurreição obrigou a Revolução Francesa a ser coerente com seus princípios, e em 1794 a abolição foi decretada, o que Grüner lê como “flagrante falha” da modernidade eurocentrada (p. 359). Em 1802, Napoleão restabeleceu a escravidão, e suas tropas sofreram em Saint-Domingue a derrota mais ignominiosa até Waterloo (p. 359-360).

O episódio ilustra o conflito que, segundo Grüner, desgarrava a modernidade desde dentro. De um lado, uma época que consagra liberdade, igualdade e fraternidade. De outro, uma base econômica feita de escravidão, genocídio e etnocídio (p. 361). O racismo, cientificizado nos séculos XVIII e XIX, seria a resposta imaginária a um conflito real (p. 362). É o que Dussel chama de mito da modernidade: a violência contra os dominados é justificada em nome de um processo emancipatório que os exclui.

Aqui cabe distinguir inclusão e crítica imanente. Nesta leitura, entre 1791 e 1794 a insurreição fez da coerência com a Declaração uma exigência política, o que revelou que sua vigência dependia da exclusão. A demanda funcionou como crítica porque não podia ser atendida sem desfazer a estrutura que a negava, e a restauração de

1802 confirma o limite. A independência de 1804 e a Constituição de 1805 foram além: já não pedem ingresso, redefinem o universal.

A terceira questão é quem pode ser pensado como moderno. Grüner recorre a Buck-Morss (2005, apud Grüner, 2021, p. 360), para quem a dialética do amo e do escravo, na Fenomenologia do Espírito, de 1807, foi inspirada pela Revolução Haitiana, e não pela francesa, como supôs por gerações a exegese hegeliana. Essa leitura parecia inconcebível porque, se a modernidade é exportação da Europa, não se pode imaginar que escravizados tidos como “fora da história” tenham contribuído para a política e a filosofia modernas (p. 360). É a “impensabilidade” de que fala Trouillot (1995, apud Grüner, 2021, p. 360). Em termos de Quijano, trata-se da colonialidade do saber aplicada à historiografia. Pode-se acrescentar que o silêncio cumpre uma função, pois preserva a narrativa de que o universal nasce no centro e dali se difunde.

A quarta questão é que universal a periferia propõe. O artigo 14 da Constituição haitiana de 1805 decretou que todos os cidadãos haitianos seriam designados “negros”. Grüner o lê como bofetada irônica na falsa universalidade moderna: o particular que não entrava no universal passa a ser o universal (p. 361). O negro torna-se um analisador semiótico contra-moderno e duplamente periférico, pois se trata do limiar América/Europa e também de África/Europa, e os escravizados africanos são, nas palavras do autor, a “periferia da periferia” (p. 364). Sua crítica parte de uma singularidade ironicamente totalizada, que inverte a identificação fetichista entre a parte e o todo (p. 364), e por isso o artigo 14 é, para Grüner, o primeiro ensaio crítico contra-moderno da história da modernidade (p. 365). A leitura deste artigo é que o gesto vai além da inclusão, pois não pede ingresso em um universal tido como neutro. Ele mostra

que a neutralidade tinha cor e redefine o universal a partir do particular que fora excluído.

Por fim, resta o que persiste e quem fica de fora. A expressão “periferia da periferia” indica que a periferia não é homogênea, e a perspectiva do entrelaçamento em Falquet permite precisar a observação. Falquet não trata de Saint-Domingue, mas sua análise das plantações coloniais americanas, onde raça, classe e sexo atuam em conjunto na produção da mão de obra (2026, p. 45-46), ilumina a base sobre a qual a riqueza da colônia foi erguida. O texto de 2008 apoia-se em Evelyn Nakano Glenn. Para a autora, Estado e legislação retiram direitos e cidadania dos grupos designados ao trabalho de cuidado, da escravidão à servidão contratual, e isso até hoje (2008, p. 129). A recusa de cidadania a mulheres pobres e racializadas, imigrantes ou descendentes de imigrantes, contribui ainda para organizar a divisão do trabalho (p. 135).

Falquet menciona também a igualdade entre os sexos invocada de forma perversa como argumento de legitimação, como no “feminismo imperial” da promessa de libertar as mulheres afegãs, típico das narrativas de salvação que justificam intervenções (neo)coloniais (p. 136). É um eco contemporâneo, e não uma continuidade demonstrada: mostra que o universal ainda pode servir de álibi, e por isso a crítica periférica não se esgota em 1804. Daí uma cautela que este artigo adota: a periferia como lugar de crítica precisa ser situada. Quem fala da borda ocupa posições distintas de raça, classe e sexo, e tratar a periferia como bloco único reproduziria, em escala menor, o gesto de tomar a parte pelo todo que se critica.

7. CONCLUSÕES

O artigo procurou mostrar que a periferia pode ser compreendida como lugar histórico e epistemológico de crítica da modernidade, e não apenas como espaço subordinado ou incompleto. Em Grüner, essa crítica assume a forma da contra-modernidade: uma contrariedade interna que revela a falha constitutiva de uma modernidade que, ao negar o continuum colonialismo/capitalismo que a sustenta, constrói uma falsa totalidade. A periferia ocupa o limiar em que essa falha se faz visível, e por isso o olhar oblíquo, “barroco”, é uma vantagem crítica.

As convergências com Quijano, Dussel e Falquet são quatro. A primeira é a recusa da imagem da modernidade como exportação europeia: ela é produto de uma relação colonial em que a periferia é tão constitutiva quanto o centro. A segunda é a denúncia do universal europeu como universal falso, em que uma parte se faz passar pelo todo. A terceira é a articulação entre poder e saber, pela qual a dominação colonial se prolonga em formas de conhecimento que negam à periferia o estatuto de produtora de história e de pensamento. A quarta, que Falquet traz ao debate, é que esse universal é sempre também um sujeito situado, masculino, branco e burguês, produzido por relações de sexo, raça e classe que não se deixam separar.

As divergências são de acento. Em Quijano, a crítica é estrutural e epistêmica, e diagnostica um padrão de poder que combina raça, trabalho e conhecimento. Em Dussel, a crítica ao mito da modernidade se desdobra na proposta de transmodernidade, que Grüner considera complementar à contra-modernidade e que pode ser lida como indicação de um além, leitura a confirmar nos textos do autor. Em Grüner, ela é imanente: situa-se no limiar, no interior da fratura. Em Falquet, a crítica parte da ideia de que sexo, raça e classe

se entrelaçam e agem juntos, o que impede de eleger um único eixo de opressão como chave de leitura. Há ainda uma cautela comum: a periferia não é um bloco, e a posição crítica precisa ser situada. A Revolução Haitiana, em especial o artigo 14 da Constituição de 1805, mostra que essas formas de crítica se complementam: denuncia a falha do universalismo a partir de dentro e projeta um universal diferente.

O estudo tem limitações a explicitar. Quijano e Dussel foram lidos principalmente a partir de seus conceitos centrais e do modo como Grüner e Falquet os mobilizam, e Falquet foi lida em traduções para o português. Pesquisas futuras poderão confrontar o argumento com os textos primários, em especial para precisar o estatuto da exterioridade em Dussel e a relação entre colonialidade e capitalismo em Quijano. Ainda assim, a hipótese se sustenta. A perspectiva periférica opera como crítica imanente da modernidade, não por demandar inclusão em uma universalidade já dada, mas por mostrar que essa universalidade foi construída sobre exclusões que se entrelaçam, isto é, que atuam ao mesmo tempo sobre as mesmas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUSSEL, Enrique. **1492: el encubrimiento del Otro**: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores; UMSA, 1994.

FALQUET, Jules. E a dinâmica das relações sociais imbricadas criou as mulheres: uma análise materialista, imbricacionista e decolonial do sexo. Tradução de Jessica Tatiane Felizardo. In: RODRIGUES, Alexsandro; BATISTA, Mateus Schimith (org.). **Corpo, gênero,**

sexualidades e suas intersecções: produção de subjetividades diante do impensado. Vitória: Edufes, 2026. p. 22-50.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. Tradução de Renata Gonçalves; revisão de Sávio Cavalcante. **Mediações**, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, 2008.

GRÜNER, Eduardo. **Lo sólido en el aire:** el eterno retorno de la crítica marxista. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

¹ Bacharel em direito, pela Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte - UNIFACEX (2011). Advogado. Pós-graduação *Latu sensu* em Direitos Humanos. Discente do Curso de Especialização em Fundamentos Linguísticos para o Ensino da Leitura e da Escrita da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2238-0864>.